



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para **aquisição de insumos, materiais de consumo e didático-pedagógicos destinados ao funcionamento das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID. MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tecido 100% algodão, diversas cores, largura mínima 1,40m, fornecido em rolo de 100 metros, próprio para artesanato e decoração. - TECIDO CHITA	100	M	R\$ 12,44	R\$ 1.244,00
2	Tecido cru de algodão natural, largura mínima 1,40m, fornecido em rolo de 100 metros, ideal para pintura e forração. - ALGODÃO CRU	100	M	R\$ 18,65	R\$ 1.865,00
3	Tecido de algodão com estampa xadrez, diversas cores, largura mínima 1,40m, fornecido em rolo de 100 metros. - TECIDO XADREZ DE ALGODÃO	100	M	R\$ 23,85	R\$ 2.385,00
4	Tecido sintético tipo feltro, diversas cores, espessura média, fornecido em rolo de 100 metros. - FELTRO	100	M	R\$ 16,65	R\$ 1.665,00
5	Fibra sintética siliconada para enchimento, fornecida em pacotes de 1kg, ideal para almofadas e bonecos. - ENCHIMENTO ACRÍLICO	50	PAC	R\$ 29,10	R\$ 1.455,00
6	Novelos de lã 100% acrílica, cores variadas, fornecida em pacotes com 10 unidades, macia e resistente. - LÃ	10	PAC	R\$ 18,80	R\$ 188,00
7	Tecido tule em poliéster, cores variadas, leve e maleável, fornecido em rolo de 20 metros. - TULE	20	M	R\$ 9,13	R\$ 182,60



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

8	Linhas de costura poliéster, diversas cores, fornecidas em tubos de 100 metros, uso geral. - LINHAS	25	TUBOS	R\$ 6,39	R\$ 159,75
9	Agulhas de aço niquelado tamanho médio, fornecidas em embalagem com 50 unidades. - AGULHAS MÉDIAS P/ CROCHÊ	50	UND	R\$ 4,52	R\$ 226,00
10	Bico de nylon colorido, maleável, resistente, fornecido em conjunto com 5 peças. - BICO DE NILON	5	PEÇAS	R\$ 40,45	R\$ 202,25
11	Botões plásticos coloridos variados, diâmetro médio, fornecidos em embalagem com 500 unidades. - BOTÕES COLORIDOS	50	UND	R\$ 33,14	R\$ 1.657,00
12	Cortador manual de linha com lâmina de aço, corpo plástico, fornecido em kit com 10 unidades. - CORTADOR DE LINHA	10	UND	R\$ 3,50	R\$ 35,00
13	Olhos resinados autocolantes, tamanhos variados, fornecidos em 10 cartelas com modelos sortidos. - CARTELAS DE OLHO RESINADO	10	UND	R\$ 16,90	R\$ 169,00
14	Viés largo de algodão, diversas cores, fornecido em rolo com 10 metros, ideal para acabamento de costura. - VIÉS LARGO	10	PEÇAS	R\$ 19,92	R\$ 199,20
15	Cordão fino de algodão cru, torcido e resistente, fornecido em rolos de 10 metros. - CORDÃO FINO DE ALGODÃO CRU	10	PEÇAS	R\$ 15,49	R\$ 154,90
16	Cordão grosso de algodão cru, resistente, fornecido em rolos de 10 metros. - CORDÃO GROSSO DE ALGODÃO CRU	10	PEÇAS	R\$ 19,80	R\$ 198,00
17	Agulhas de mão nº06 em aço niquelado, fornecidas em 10 cartelas com 10 unidades cada. - AGULHA DE MÃO Nº 06	100	UND	R\$ 0,40	R\$ 40,00
18	Tiaras plásticas infantis, diversas cores, fornecidas em lote de 200 unidades. - TIARAS DE PLÁSTICO	200	UND	R\$ 1,86	R\$ 372,00
19	Fita de cetim nº0, 100% poliéster, cores variadas, fornecida em rolos de 10 metros. - FITA DE CETIM Nº 0	10	ROLOS	R\$ 11,59	R\$ 115,90



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

20	Fita de cetim nº5, 100% poliéster, cores variadas, fornecida em rolos de 10 metros. - FITA DE CETIM Nº 5	10	ROLOS	R\$ 23,00	R\$ 230,00
21	Tinta para tecido 250ml, cores variadas, fornecida em potes plásticos com tampa rosqueável. - TINTA DE TECIDO 250 ML	50	POTES	R\$ 9,56	R\$ 478,00
22	Tinta para tecido 37ml, cores variadas, fornecida em frascos individuais de 37ml. - TINTA DE TECIDO 37 ML	200	POTES	R\$ 5,32	R\$ 1.064,00
23	Penas naturais coloridas, higienizadas, fornecidas em pacotes com 50 unidades. - PENA	50	PAC	R\$ 12,86	R\$ 643,00
24	Tinta guache escolar, cores variadas, fornecida em caixas com 6 potes de 15ml, atóxica. - TINTA GUACHE	50	CX	R\$ 10,45	R\$ 522,50
25	Pincéis nº4 com cabo de madeira e cerdas sintéticas. - PINCÉIS Nº 4	150	UND	R\$ 3,90	R\$ 585,00
26	Massa de biscoito pronta, branca e colorida, fornecida em caixas com 1kg cada. - MASSA DE BISCUIT	10	CX	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
27	Jogo de estecas pequeno, plástico rígido, fornecido em kits com 5 peças. - JOGOS DE ESTECAS PEQUENO	10	KITS	R\$ 23,30	R\$ 233,00
28	Pistola elétrica para cola quente, corpo plástico, bivolt, fornecida em lote de 20 unidades. - PISTOLAS DE COLA QUENTE	20	UND	R\$ 16,57	R\$ 331,40
29	Palitos de madeira tipo picolé, fornecidos em pacotes com 500 unidades. - PALITO DE PICOLÉ	10	PAC	R\$ 6,40	R\$ 64,00
30	Palitos de madeira tipo churrasco, ponta fina, fornecidos em pacotes com 500 unidades. - PALITO DE CHURRASCO	10	PAC	R\$ 6,71	R\$ 67,10
31	Glitter colorido fino, embalado em potes de 10g, diversas cores, fornecido em lote de 100 unidades. - GLITTER COLORIDO	100	UND	R\$ 1,08	R\$ 108,00



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

32	EVA liso, diversas cores, espessura 2mm, fornecido em pacotes com 10 folhas. - EMBURRACHADO LISO	20	PAC	R\$ 13,69	R\$ 273,80
33	EVA com glitter, diversas cores, espessura 2mm, fornecido em pacotes com 10 folhas. - EMBURRACHADO C/ GLITTER	30	PAC	R\$ 26,74	R\$ 802,20
34	Cartolina colorida, gramatura 180g/m ² , formato padrão, fornecida em lote de 200 folhas. - CARTOLINA	200	FOLHAS	R\$ 0,92	R\$ 184,00
35	Papel crepom colorido, textura frisada, fornecido em lote de 100 folhas. - PAPEL CREPOM	100	FOLHAS	R\$ 1,18	R\$ 118,00
36	Chapa de isopor médio, espessura 10mm, fornecida em lote de 50 folhas. - ISOPOR MÉDIO	50	FOLHAS	R\$ 7,87	R\$ 393,50
37	Papel panamá, gramatura alta, fornecido em lote de 50 folhas. - PAPEL PANAMÁ	50	FOLHAS	R\$ 12,10	R\$ 605,00
38	Papel filipinho colorido, gramatura leve, fornecido em pacotes com 100 folhas sortidas. - PAPEL FILIPINHO	20	PAC	R\$ 15,88	R\$ 317,60
39	Papel madeira em rolo, gramatura alta, cor parda, fornecido em rolo de 1 metro linear. - PAPEL MADEIRA	1	ROLO	R\$ 108,76	R\$ 108,76
40	Papel celofane transparente colorido, fornecido em lote de 100 folhas. - PAPEL CELAFONE	100	FOLHAS	R\$ 1,29	R\$ 129,00
41	Papel ofício branco A4, 75g/m ² , fornecido em 25 resmas com 500 folhas cada. - PAPEL OFÍCIO	25	RESMAS	R\$ 21,29	R\$ 532,25
42	Papel fotográfico brilho, tamanho A4, 180g/m ² , fornecido em pacotes com 100 folhas. - PAPEL FOTO	50	PAC	R\$ 26,93	R\$ 1.346,50
43	Papel fotográfico adesivo brilho, tamanho A4, 180g/m ² , fornecido em pacotes com 100 folhas. - PAPEL FOTO ADESIVO	50	PAC	R\$ 52,45	R\$ 2.622,50



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

44	Papel cartão colorido, gramatura 180g/m ² , fornecido em pacotes com 100 folhas. - PAPEL CARTÃO	50	PAC	R\$ 24,50	R\$ 1.225,00
45	Sacos de papel kraft grande, fornecidos em pacotes com 100 unidades. - SACO DE CACHORRO-QUENTE GRANDE	5	PAC	R\$ 4,64	R\$ 23,20
46	Sacos plásticos transparentes, tamanhos variados (PP, P, M, G), fornecidos em pacotes com 100 unidades. - SACOS PLÁSTICOS POLIPROPILENO	100	PAC	R\$ 36,89	R\$ 3.689,00
47	Canudos plásticos flexíveis, cores variadas, fornecidos em pacotes com 100 unidades. - CANUDO	5	PAC	R\$ 9,73	R\$ 48,65
48	Algodão hidrófilo branco, macio, fornecido em pacotes de 500g. - ALGODÃO	10	PAC	R\$ 2,86	R\$ 28,60
49	Fita adesiva dupla face, largura 12mm, fornecida em rolos de 30 metros. - FITA DUPLA FACE	50	UND	R\$ 6,13	R\$ 306,50
50	Fita durex transparente, largura 18mm, fornecida em rolos de 30 metros. - FITA DUREX	50	UND	R\$ 2,42	R\$ 121,00
51	Fita crepe adesiva, largura 18mm, fornecida em rolos de 30 metros. - FITA CREPE	50	UND	R\$ 3,60	R\$ 180,00
52	Fitolho plástico colorido, fornecido em rolos de 10 metros. - FITILHOS	10	ROLOS	R\$ 4,02	R\$ 40,20
53	Cola Brascoplast 75g, transparente, fornecida em caixas com 12 unidades. - COLA BRASCOPLAST	2	CX	R\$ 48,87	R\$ 97,74
54	Cola branca PVA 90g, fornecida em lote com 50 unidades. - COLA BRANCA PEQUENA	50	UND	R\$ 0,68	R\$ 34,00
55	Cola branca PVA 1kg, fornecida em tubos de 1kg cada. - COLA BRANCA 1KG	5	TUBOS	R\$ 10,68	R\$ 53,40
56	Cola de silicone líquida, frasco 90g, fornecida em caixas com 12 unidades. - COLA DE SILICONE	20	CX	R\$ 47,60	R\$ 952,00



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

57	Cola para isopor, frasco 90g, fornecida em lote com 50 unidades. - COLA DE ISOPOR	50	UND	R\$ 3,71	R\$ 185,50
58	Bastões finos de cola quente 7mm, fornecidos em pacotes com 100 unidades. - BASTONETES COLA QUENTE FINA	5	PAC	R\$ 39,07	R\$ 195,35
59	Bastões grossos de cola quente 11mm, fornecidos em pacotes com 100 unidades. - BASTONETES COLA QUENTE GROSSA	5	PAC	R\$ 37,43	R\$ 187,15
60	Canetas esferográficas ponta média, fornecidas em caixas com 100 unidades. - CANETAS	1	CX	R\$ 47,36	R\$ 47,36
61	Marcadores de texto fluorescentes, fornecidos em caixas com 50 unidades. - MARCADOR DE TEXTO	2	CX	R\$ 20,67	R\$ 41,34
62	Almofada de carimbo, tinta preta, fornecida em lote de 5 unidades. - ALMOFADA DE CARIMBO	5	UND	R\$ 7,04	R\$ 35,20
63	Prancheta PVC rígido A4, fornecida em lote de 5 unidades. - PRANCHETA	5	UND	R\$ 9,67	R\$ 48,35
64	Lapiseiras 0.7mm, corpo plástico, fornecidas em lote de 50 unidades. - LAPISEIRA	50	UND	R\$ 2,34	R\$ 117,00
65	Estilete retrátil, corpo plástico, fornecido em lote de 10 unidades. - ESTILETE	10	UND	R\$ 4,09	R\$ 40,90
66	Tesoura escolar sem ponta, cabo plástico, fornecida em lote de 150 unidades. - TESOURA SEM PONTA	150	UND	R\$ 2,97	R\$ 445,50
67	Tesoura grande, cabo ergonômico, fornecida em lote de 10 unidades. - TESOURA GRANDE	10	UND	R\$ 14,38	R\$ 143,80
68	Tesoura de picotar de ferro, corte decorativo, fornecida em lote de 5 unidades. - TESOURA DE PICOTAR DE FERRO	5	UND	R\$ 29,62	R\$ 148,10



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

69	Grampeador metálico pequeno, fornecido em lote de 10 unidades. - GRAMPEADOR	10	UND	R\$ 16,81	R\$ 168,10
70	Grampo metálico galvanizado 26/6, fornecido em caixas com 5000 unidades. - GRAMPO	10	CX	R\$ 4,17	R\$ 41,70
71	Perfurador metálico duplo, fornecido em lote de 5 unidades. - PERFURADOR GRANDE	5	UND	R\$ 80,40	R\$ 402,00
72	Pegadores de roupa de plástico, fornecidos em lote de 20 unidades. - PEGADORES DE ROUPA	300	UND	R\$ 3,79	R\$ 1.137,00
73	Arame fino galvanizado, fornecido em rolos de 500g. - ARAME FINO	20	ROLOS	R\$ 22,86	R\$ 457,20
74	Bambolês plásticos coloridos, fornecidos em lote de 20 unidades. - BAMBOLÊS	20	UND	R\$ 4,78	R\$ 95,60
75	Cones plásticos 30cm, cores azul e branca, fornecidos em lote de 20 unidades. - CONES	20	UND	R\$ 13,56	R\$ 271,20
76	Bolinhas plásticas coloridas para piscina infantil, fornecidas em saco com 500 unidades. - BOLINHAS DE PISCINAS	1	UND	R\$ 40,83	R\$ 40,83
77	Bolas de borracha médias, fornecidas em lote de 10 unidades. - BOLAS DE BORRACHA	10	UND	R\$ 22,46	R\$ 224,60
78	Bolas de futsal oficiais, material sintético, fornecidas em lote de 5 unidades. - BOLAS DE FUTSAL	5	UND	R\$ 56,55	R\$ 282,75
79	Bolas de vôlei oficiais, material sintético, fornecidas em lote de 5 unidades. - BOLAS DE VÔLEI	5	UND	R\$ 108,74	R\$ 543,70
80	Bastões plásticos coloridos, fornecidos em lote de 6 unidades. - BASTÕES	6	UND	R\$ 40,53	R\$ 243,18
81	Jogo da memória educativo, cartonado, fornecido em lote de 4 unidades. - JOGOS DA MEMÓRIA	4	UND	R\$ 37,85	R\$ 151,40



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

82	Dominós escolares, peças em madeira, fornecidos em lote de 4 unidades. - DOMINÓS	4	UND	R\$ 24,93	R\$ 99,72
83	Quebra-cabeças cartonado, 100 peças, fornecido em lote de 4 unidades. - QUEBRA-CABEÇAS	4	UND	R\$ 42,84	R\$ 171,36
84	Cordas de nylon 6 metros, fornecidas em lote de 4 unidades. - CORDAS DE 6 M	4	UND	R\$ 8,19	R\$ 32,76
VALOR TOTAL					R\$ 39.870,65

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A contratação será realizada nos termos deste instrumento.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5 Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 14.133, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, e subsequentes alterações, e no Edital;

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).

3.1. A contratação é necessária para garantir a aquisição de insumos, materiais de consumo e materiais didático-pedagógicos indispensáveis ao funcionamento das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), integrante da Proteção Social Básica do SUAS e regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

A insuficiência de materiais compromete a execução das oficinas, ações socioeducativas e visitas domiciliares, essenciais para o acompanhamento de famílias e para o fortalecimento de vínculos, conforme diretrizes da PNAS. Assim, a contratação se justifica para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade do serviço, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, demonstra-se a necessidade administrativa e o interesse público na aquisição, em conformidade com o art. 6º, XXIII, “b”, da Lei nº 14.133/2021.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c” da Lei n. 14.133/2021)



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio José Joaquim da Silva Filho

4.1. A solução proposta consiste na aquisição de insumos, materiais de consumo e materiais didático-pedagógicos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), assegurando suporte material para oficinas, dinâmicas, ações socioeducativas, atividades coletivas e visitas domiciliares realizadas pela equipe técnica.

A contratação permitirá o abastecimento contínuo das unidades, garantindo condições adequadas de trabalho e a efetividade das ações previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, continuidade e adequação ao interesse público. A solução atende de forma integrada às demandas operacionais do serviço, contribuindo para a execução padronizada, qualificada e regular das atividades socioassistenciais ofertadas à população.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d” da Lei n. 14.133/2021)

5.1. Este tópico estabelece os requisitos essenciais que o contratado deverá cumprir durante a execução do objeto, de forma a garantir o bom andamento da contratação, a qualidade do serviço/fornecimento e o atendimento aos padrões de qualidade esperados.

5.2. Requisitos de Sustentabilidade

Sempre que possível, o fornecedor deve:

- a) Priorizar materiais recicláveis ou produzidos com matérias-primas sustentáveis.
- b) Fornecer produtos que promovam a redução de resíduos.
- c) A empresa contratada deverá adotar, na prestação dos serviços objeto desta contratação, no que couber, as práticas de sustentabilidade de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.3. Subcontratação

5.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5.5. Da exigência de amostra



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio José Joaquim da Silva Filho

5.5.1. Poderá ser solicitado aos licitantes vencedores, catálogos, manuais, folders ou encartes com as descrições e apresentação dos itens arrematados correspondentes a marca apresentada para ser analisado pelo fiscal designado, no prazo para envio será de até 24 hs a partir do momento da convocação que ocorrerá por intermédio de chat no sistema eletrônico;

5.5.2 O licitante que não dispôr dessas apresentações em referido prazo estabelecido nesta condição ou sendo a mesma incompatível terá a oferta do item desclassificada sendo convocado a empresa remanescente pela ordem de classificação;

5.5.3 Os produtos deverão atender as especificações, quantitativos conforme descrito neste instrumento;

5.5.4 Os folders devem ter identificação dos itens arrematados pela empresa com identificação do produto e do item correspondente conforme itens do processo;

5.6. Obrigações do Contratante

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

d) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

- h) Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e no Contrato;
- i) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços/fornecimento contratados.
- j) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.7. Obrigações da Contratada

- a) Obedecer às especificações constantes neste Termo;
- b) Responsabilizar-se pelos serviços/fornecimento, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;
- c) Realizar os serviços/fornecimento dentro dos prazos estipulados;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto contratado, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas;
- f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.
- g) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e” da Lei n. 14.133/2021)

Condições de Entrega

- 6.1. A Contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a emissão do pedido de compra.



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO Palácio José Joaquim da Silva Filho

6.2. A entrega dos produtos deverá ser realizada no Município da Vitória de Santo Antão – PE os endereços serão informados nas ordens de fornecimento dos quais podem ocorrer em qualquer localidade desde que no município.

6.4. A contratada será responsável pela **substituição de componentes defeituosos**, sem qualquer ônus adicional à Administração.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f” da Lei n. 14.133/2021)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Gestor do Contrato

7.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço ou fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO Palácio José Joaquim da Silva Filho

7.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g” da Lei n. 14.133/2021)

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço.

Do Recebimento

8.2. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133).



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

8.3. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais (Art. 140, II, b, da Lei nº 14.133).

8.4. O objeto contratado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

8.11. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO Palácio José Joaquim da Silva Filho

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

8.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, “h” da Lei n. 14.133/2021)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM E O MODO DE DISPUTA SERÁ ABERTO.

Exigências de Habilitação

Documentos de Habilitação Jurídica

9.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO **Palácio José Joaquim da Silva Filho**

9.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Documentos Relativos a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

9.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

9.11. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

9.12. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal - CRF emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou certidão positiva com efeitos de negativa;



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO **Palácio José Joaquim da Silva Filho**

9.13. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante ou certidão positiva com efeitos de negativa;

9.14. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

9.15. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

Documentos Relativos a Qualificação Econômica Financeira:

9.16. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à abertura desta sessão ou dentro do prazo de validade constante no documento.

9.16.1. Caso a certidão referida no item anterior contiver ressalva expressa que não abrange os Processos Judiciais Eletrônicos – PJE, deverá a empresa licitante ainda comprovar sua qualificação econômico-financeiro através de outra(s) certidão(ões) abrangendo os processos judiciais eletrônicos do 1º e do 2º grau.

9.17. As empresas de Pernambuco, constituídas após a implantação do sistema de processo eletrônico – PJE, estão dispensadas de apresentar a certidão descrita no item 9.16. referente a certidão de processos físicos, desde que seja apresentada a de processos judiciais eletrônicos de 1º e de 2º grau

9.18. Fica permitida a participação de empresas que estiverem em recuperação judicial cujo plano já tenha sido devidamente homologado e apresentem certidão do poder judiciário indicando sua aptidão para contratar.

9.19. Não se aplica às Sociedades Cooperativas o disposto no item 9.16. por força do art. 4º da Lei 5.764/71.

Declarações:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO Palácio José Joaquim da Silva Filho

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do artigo 63, Inciso IV, da Lei 14.133/21.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i” da Lei n. 14.133/2021)

10.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ R\$ 39.870,65 (trinta e nove mil oitocentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos)**. Com base em cotações de preços realizadas através da plataforma do Banco de Preços, conforme arquivo em anexo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j” da Lei n. 14.133/2021)

PROTEÇÃO BÁSICA

Unidade gestora: 2 - Fundo Municipal de Assistência Social Vitória de Santo Antão

Órgão orçamentário: 40000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, JUVENTUDE E CIDADANIA

Unidade orçamentária: 40002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 947 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.392 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Despesa 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio José Joaquim da Silva Filho

12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste TR, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste TR, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5 A aplicação das sanções previstas deste TR, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Palácio José Joaquim da Silva Filho

12.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13. CRITÉRIO DE COTA OU EXCLUSIVIDADE – LEI FEDERAL Nº123/2006

13.1 - A licitação atenderá a Lei Federal nº 123/2006, complementada pela Lei nº 147, de 07 de agosto de 2014, para o cumprimento do disposto no Art. 48, Inciso I e III – estabelecendo participação exclusiva para MEI/ME/EPP em itens cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

14 – REAJUSTES E REVISÃO

14.1 - Os reajustes serão concedidos a partir da data do orçamento estimado, independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

14.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

14.3 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

14.4 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

14.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

14.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

14.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

14.8 - Fica assegurado à Contratada o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qualquer tempo, desde que haja comprovação do desequilíbrio decorrente de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda por caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração, alheios à previsão do reajuste contratual.



PREFEITURA DA CIDADE DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Palácio José Joaquim da Silva Filho

14.9 - A recomposição será analisada mediante requerimento formal da parte interessada, devidamente instruído com documentos que demonstrem a ocorrência do desequilíbrio e o nexo de causalidade entre os fatos alegados e os encargos contratuais, nos termos do art. 124 e art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

14.10 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

15 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1 - Casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, com base na Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores

Vitória de Santo Antão (PE), 11 de fevereiro 2026.

JOSÉ ADHERVAL DE BARROS
Secretário

LEONARDO FILIPE DOS SANTOS ARAUJO
Diretor Executivo de Gestão do SUAS